



Mulheres jovens do campo traçando caminhos:

aprendizados de
uma “pesquisação”

Isabelle Hillenkamp e Natália Santos Lobo

Setembro de 2019

realização:



parceria:



apoio:



Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma “pesquisação”

Por Isabelle Hillenkamp e Natália Santos Lobo¹

1. Introdução

Este texto reúne dados e reflexões produzidas nas nossas ações com as jovens da Barra do Turvo no âmbito do projeto “Mulheres jovens do campo traçando caminhos”, financiado pela Embaixada da França no Brasil durante o período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Este panorama foi permeado por debates dentro da equipe conformada por pessoas da SOF e do IRD, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França. O escrevemos, em primeiro lugar, para que as próprias jovens que participaram do projeto possam refletir sobre este processo. Elas são as principais sujeitas da realidade relatada aqui, e esperamos que ler sobre ela as ajude a pensar em passos para o futuro. Destinamos o texto também para as suas famílias – em particular às mães, muitas delas mulheres que compõem os grupos de agricultoras agroecológicas² – e comunidades. Também esperamos que sirva de base para reflexões de outros atores no âmbito local, nacional ou internacional, pessoas e organizações interessadas na reflexão sobre as condições de vida e possibilidades de futuro para as e os jovens do campo.

Em um contexto de desmonte e extinção das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e às comunidades tradicionais no Brasil, de incentivos à expansão do agronegócio e da mineração e de acirramento dos conflitos violentos no campo, a reprodução social das comunidades rurais tem sido cada vez mais ameaçada. As comunidades do município de Barra do Turvo historicamente

¹ Isabelle Hillenkamp é socioeconomista e pesquisadora do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França (IRD). Desenvolve “pesquisações” junto com mulheres envolvidas na economia solidária e na agroecologia. Natália Santos Lobo é agroecóloga, assistente de pesquisa do IRD no âmbito do projeto “Mulheres jovens do campo traçando caminhos” e militante da Marcha Mundial das Mulheres. Agradecemos as colaborações de Gláucia Marques, Helena Zelic, Miriam Nobre e Sheyla Saori, da SOF Sempre Viva Organização Feminista, na construção deste texto.

² Ver a publicação *Práticas feministas de transformação da economia. Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* (Marques, Gláucia; Nobre, Miriam; Moreno, Renata; Saori, Sheyla; Franco, Vivian; Jancz, Carla; Miranda, Rosana; São Paulo, SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2018. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf>. Acesso em 20/09/2019.

construíram organizações e ações que possibilitaram que elas permanecessem em seu território, trabalhando através de iniciativas vinculadas à agroecologia. Isso construiu um ambiente mais favorável para que as comunidades se reproduzissem respeitando seu modo de vida, mas não se mostrou suficiente para que muitas/muitos jovens pudessem ficar em seus territórios. A migração em busca de oportunidades na cidade é o caminho que a maioria delas/es decide tomar depois de acabarem a escola, ou até mesmo antes disso.

As ações do projeto buscaram atuar sobre essa realidade, com o objetivo de ampliar as possibilidades para as jovens desenvolverem projetos de vida inseridos nas suas comunidades, contribuindo para o crescimento da agroecologia e para sua autonomia pessoal. A pesquisa contribuiu para este objetivo através da produção e partilha de conhecimentos, tanto oralmente, com as jovens ao longo do projeto, como por escrito, em diferentes níveis. Constitui-se como “pesquisação” na medida em que a produção e as partilhas desses conhecimentos fazem parte de um conjunto mais amplo de ações voltadas para a transformação da realidade.

O trabalho que a ONG SOF Sempre Viva Organização Feminista já realizava no município, de acompanhamento de uma rede de agricultoras agroecológicas, criou um meio privilegiado para realizarmos essas ações. Conhecer muitas jovens através de suas mães, que já estavam familiarizadas com projetos e ações no âmbito da agroecologia feminista, nos possibilitou dar passos sólidos e ampliar nossa ação junto a outras jovens.

Além da pesquisa, as ações do projeto abarcaram uma série de atividades. A primeira delas foi uma oficina de comunicação, que deu origem a panfletos de divulgação dos produtos agroecológicos comercializados pelas comunidades (ver Quadro 1, na Parte I, e anexo). Outra atividade foi o Intercâmbio para a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) e para a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que teve o objetivo de conhecer essas instituições de Ensino Superior que contam com cursos que se inserem na realidade das comunidades (Tecnólogo em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo, baseados na pedagogia da alternância; ver Quadro 2, na Parte III). A participação das jovens nas atividades dos grupos de agricultoras agroecológicas também começou a ser mais estimulada e visibilizada. Quase todas as atividades realizadas pelo grupo no último período (reuniões, mutirões, cursos de formação ou atividades políticas) tiveram a participação das jovens. Para além da presença delas nesses espaços, também tem sido valorizada a consolidação de um coletivo de jovens, onde elas possam trilhar seu próprio caminho enquanto sujeito político e socioeconômico.

No âmbito da pesquisação, procuramos produzir conhecimentos sobre as condições para as jovens desenvolverem projetos de vida com autonomia e inseridos nas suas comunidades. Entendemos que ser uma jovem no campo

implica tensões e até conflitos – em relação à migração, à autoridade familiar sobre a própria autonomia, à falta de oportunidades – que são ainda mais acentuados para as garotas. Buscamos, por esse motivo, abordar a questão da juventude desde uma perspectiva de gênero.

Para fazer essa reflexão recolhemos uma série de dados. Elaboramos um panorama sobre a situação das/os jovens do município por meio de observação e sistematização de ações do projeto, realização de 3 grupos focais, conversas aprofundadas (entrevistas semiestruturadas) com jovens em situação de migração na cidade de Curitiba (8 mulheres e 2 homens) e aplicação de um questionário com 80 estudantes do terceiro ano colegial das duas escolas de Ensino Médio do município³. Este panorama foi permeado por debates dentro da equipe conformada por pessoas da SOF e do IRD, com o próprio coletivo das jovens, com as/os estudantes das escolas e com atores locais. Houve ainda um trabalho realizado, pelas próprias jovens do coletivo, de sistematizar o Intercâmbio para as universidades para apresentá-lo em suas escolas, o que muitas delas consideraram como a parte mais difícil de todo o processo.

O texto a seguir é baseado nesse material, em especial em citações anônimas das/os jovens. Entre parênteses, indicamos o perfil da pessoa e, quando for o caso, seu pertencimento ao grupo de jovens do projeto por meio da menção “Coletivo”. Note-se que este último tem estado aberto à participação de um pequeno número de rapazes, sem deixar de ser um espaço essencialmente feminino, tanto pela participação majoritária de jovens mulheres quanto pela orientação das discussões e das ações. No texto a seguir, referimo-nos, portanto, ao coletivo na forma feminina.

Estruturamos o texto em três partes. A primeira trata da vida das jovens no campo hoje. Analisamos o contexto em que elas estão inseridas (o município da Barra do Turvo), abordando as diferentes formas de ocupação territorial do município, a história das ações ligadas à agroecologia e como as jovens se inserem – ou não – neste contexto. A segunda parte descreve a vida das jovens na cidade, abordando as dinâmicas de migração, o trabalho e a autonomia. A terceira parte reflete sobre as perspectivas de acesso à educação dessas jovens. A conclusão sintetiza nossos aprendizados e aponta os caminhos que pretendemos seguir, em conjunto com as jovens.

³ Os resultados da pesquisa por questionário são detalhados no texto “Depois de me formar...”. Resultado de uma pesquisa sobre as experiências e ideias de vida de alunas/os das Escolas Estaduais Rio Vermelho e Luiz Darly (Barra do Turvo)”. Junho 2019. Disponível em: <http://www.cessma.univ-paris-diderot.fr/spip.php?article263>. Acesso em 20/09/2019.

I. Ser mulher jovem no campo

1. Um “campo” diverso e desigual

Barra do Turvo é um município rural com cerca de 8 mil habitantes. Longe de ser um lugar homogêneo, este “campo” é formado por comunidades e bairros com situações socioeconômicas e políticas distintas. Os bairros urbanos da sede do município, onde se concentram o comércio e os serviços são distintos dos bairros rurais. A área rural, por sua vez, é dividida entre comunidades reconhecidas como tradicionais e bairros da agricultura familiar, além também de abrigar fazendas e latifúndios. As comunidades tradicionais correspondem a sete Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) presentes no município. Em alguns casos, os bairros da agricultura familiar são formados por moradores oriundos de outras regiões rurais do país (em geral do Paraná) e/ou por pessoas com experiência de trabalho urbano. Este é particularmente o caso nos bairros ao longo da rodovia BR-116, que ficam conectados à cidade de Curitiba, localizada a quase 146 km da Barra do Turvo. Em outros casos, os bairros da agricultura familiar são formados por moradores antigos, às vezes descendentes de escravos negros, mas que não se autorreconhecem e/ou não são oficialmente reconhecidos pelo Estado como quilombolas.

Disputas sobre o uso da terra e dos recursos naturais (como a água, por exemplo, em caso de contaminação por agrotóxicos ou escassez pelo uso intensivo na pecuária) são comuns entre os fazendeiros e as comunidades locais (quilombolas ou da agricultura familiar). O município também conta com a presença de unidades de conservação ambiental do Mosaico de Jacupiranga em mais de 70% da sua superfície, o que proporciona recursos tributários na forma de ICMS ecológicos⁴, ao mesmo tempo em que impõe restrições sobre a moradia e a agricultura nas comunidades locais. Os moradores relatam conflitos, às vezes violentos, tanto com grandes proprietários (despejos e até assassinatos) quanto com as autoridades do Mosaico (multas, prisões, expulsões). Denunciam as relações locais de dominação que, segundo eles, os impedem de “viver com dignidade do seu trabalho”.

A juventude de Barra do Turvo reflete essas diferenças dentro do campo. 65% das/os estudantes secundaristas que responderam ao nosso questionário moram em bairros rurais (55% da agricultura familiar e 10% em CRQ) e 35%, na sede do município. Para as/os estudantes dos bairros rurais, as diferenças se traduzem cedo na experiência das hierarquias sociais e da discriminação:

⁴Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é pago pelo Estado ao município.

“Que nem, na escola, quando eu estudava, não sei se é assim ainda, tinha a série A, B, C e a D. A A era só filhinho de professor e patricinha, a B era o pessoalzinho da Boa Esperança [bairro central], a C era do bairro deles ali, que é lá do Indaiatuba, Areia Branca... pra lá [bairros da agricultura familiar]. E a D era a gente lá de cima [dos quilombos]. Era tudo bem separado.” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

A escola constitui um dos principais lugares onde as desigualdades sociais são vivenciadas pela juventude dos bairros rurais:

“As meninas iam, nossa, só com mochila de marca... e a gente nossa... [risos]” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

“Verdade, no primeiro ano que a gente entrou nesse colégio, foi assim também, os riquinhos saíam pra fora [para comprar lanche no recreio], e nós queríamos sair, só pra ver né, porque a gente era bobinho, não conhecia nada da cidade, Barra do Turvo era maravilhoso, primeiro ano né, a gente queria sair pra conhecer mais o centro da cidade. [...] Daí a gente pegava e queria sair. E eles [da escola] barravam a gente” (mulher jovem quilombola, Coletivo).

Durante conversas informais com professores em torno de nosso projeto, percebemos certo entusiasmo pela valorização da agroecologia e dos estilos de vida tradicionais. Em outras ocasiões, a prioridade é dada implicitamente aos filhos de famílias mais abastadas – por exemplo, quando a escola opta por informar as/os estudantes sobre os procedimentos para ingressar na faculdade de direito ou medicina, sem necessariamente dar destaque a outras profissões, como a de agricultor.

Para além da escola, a percepção da discriminação também nos serviços públicos ou no acesso ao emprego é um fato comum para as/os jovens dos bairros rurais:

“E no hospital também, sempre assim, essas coisas” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

“- Sem contar que na Barra eles [na Prefeitura] dão um ônibus só pra ir pra faculdade, e ainda gera briga. Isso quando ele não estraga na BR e chega aqui na Barra às três, quatro horas da manhã. [...]

- Eles escolhem muito, eles separam as pessoas.” (mulheres jovens quilombolas, Coletivo).

“Porque lá o Prefeito escolhe as pessoas pra dar serviço, e pessoas do sítio, pode fazer o que for... sítio trabalha em serviço pesado só. [...] Pra outros bairros eles fazem outras coisas, mas pra lá não faz nada, só quer que a pessoa vote, trabalhe, quando é época de eleição.” (homem jovem, bairro rural, Conversa em Curitiba)

2. A agroecologia e o reconhecimento dos modos de vida tradicionais

“Vocês são de Barra do Turvo? Que legal! Nós já tivemos 3 alunos que eram de lá... Vocês são da Coopera [Cooperafloresta]?”

Este tipo de exclamação, de estudantes da Escola Latino-Americana de Agroecologia, durante nossa visita em março de 2019, surpreendeu as jovens do coletivo. Enquanto Barra do Turvo geralmente significa para elas uma área “isolada, [onde] falta transporte”, “não tem serviço” e onde sofrem discriminação, elas descobriram durante esta visita que jovens de outras regiões não só conhecem seu município, mas também admiram a mobilização local para a manutenção dos modos de vida tradicionais e o desenvolvimento da agrofloresta.

Esta parte da história do município se sobrepõe à da modernização e das hierarquias socioeconômicas que ela gerou. Moradores antigos das comunidades quilombolas relatam que viveram em situação de quase autarquia, praticando a agricultura de coivara integrada na Mata Atlântica, até a abertura da estrada que liga o município à rodovia BR-116, na década de 1970. Segundo eles, seu modo de vida começou a ser ameaçado quando, na década de 1980, o governo municipal introduziu uma política de modernização baseada na modernização agrícola e na exploração madeireira, envolvendo o desmatamento de grandes áreas e o surgimento de conflitos com os novos proprietários rurais. Ao mesmo tempo, as autoridades do Parque Estadual de Jacupiranga, criado em 1969, mas pouco ativo até a criação, em 1986, da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, aumentaram os controles sobre as comunidades locais. Por último, a situação tornou-se mais complexa com a chegada de novos moradores dos bairros da agricultura familiar, como resultado da crise econômica e do desemprego urbano a partir do final da década de 1980.

Na segunda metade da década de 1990, os moradores rurais responderam a essas mudanças criando o primeiro sindicato independente de trabalhadores rurais, o Sintravale, seguido pela Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, a Cooperafloresta. A “Coopera” tem promovido a agrofloresta como forma de produção agrícola integrada na Mata Atlântica, legitimando a presença dos moradores dentro do Parque e ajudando-os a enfrentar as pressões dos novos proprietários. Apesar de excluir a cultura de coivara, a Coopera coincide com os princípios básicos da agricultura quilombola tradicional e contou inicialmente com o comprometimento de muitos moradores dessas comunidades. Reuniu até uma centena de famílias e representa uma das maiores associações desse tipo no Vale do Ribeira.

Além disso, desde 2003, várias comunidades negras vêm solicitando o reconhecimento como CRQ⁵. Este longo processo – ainda em curso hoje – que deve conduzir ao reconhecimento do direito coletivo à terra resultou na afirmação da identidade cultural e política dessas comunidades e da sua presença legítima no município.

Finalmente, a partir do início dos anos 2000, os bairros rurais (quilombolas e da agricultura familiar) afetados pela fiscalização ambiental se uniram para reivindicar a retirada do Parque Estadual de Jacupiranga. Essa mobilização resultou, em 2008, não na retirada total do Parque, mas na sua reorganização dentro do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Essa reorganização flexibilizou as regras sobre acesso à terra, moradia e uso de recursos, sem resolver todos estes problemas. Ainda assim, um professor da Barra do Turvo lembra que, até a reorganização do Parque, a produção agrícola era limitada, e seus estudantes tinham vergonha de falar que eram filhos de produtores rurais. Ele considera que o perfil do município e a postura dos estudantes mudaram significativamente depois da criação do Mosaico.

A juventude dos bairros rurais de Barra do Turvo é herdeira do conjunto dessas mobilizações, sem necessariamente ter conhecimento ou querer se envolver nelas.

“Não consigo me imaginar lá dentro, no meio dessa confusão” (mulher jovem quilombola)

Até hoje, essas mobilizações significam o envolvimento em disputas locais ou mesmo nacionais, especialmente no contexto político prevalecente desde 2016. A redução das políticas federais para a agricultura familiar (em particular, os cortes orçamentários no Programa de Aquisição de Alimentos), as novas ameaças às comunidades quilombolas e a abertura à privatização da gestão de unidades de conservação natural no Estado de São Paulo constituem um cenário particularmente difícil para as/os jovens e as/os moradores de bairros rurais em geral.

Assim, a juventude desses bairros experimenta essas contradições na sua vida cotidiana e nos seus projetos para o futuro. Numa reunião do coletivo, um jovem quilombola diz, com alguns minutos de intervalo:

“Meu sonho mesmo é: quando terminar os estudos eu pretendo ir embora porque na Barra não tem curso para nós, não tem nada.”

⁵ No contexto do Decreto nº 4.887 de 2003 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

“Me envolvo com o projeto, me sinto fazendo parte das Perobas [grupo local de agricultoras agroecológicas]. Em dois anos espero estar ainda envolvida nesse grupo de jovens. No nosso grupo, as mulheres querem se comunicar com a tecnologia, mexer no computador, seria legal se eu mexesse com elas, a Luciana [outra jovem, nome fictício] também faz parte. Isso seria legal” (mulher jovem quilombola, Coletivo, GF junho 19).

Longe de ser inconsistente, este tipo de afirmação revela o dilema que esta jovem enfrenta: migrar na esperança de construir uma vida melhor ou ficar tentando encontrar seu lugar em iniciativas que valorizam o modo de vida da sua comunidade. O questionário que aplicamos nas escolas mostrou a extensão desse dilema: enquanto 62% das/os estudantes acham a Barra do Turvo ou sua comunidade um lugar “bom” ou pelo menos “regular” (34%) para se morar, mais da metade (56%) pretende se mudar para a cidade para estudar ou trabalhar, considerando ser a única opção frente à falta de oportunidade no município. Apenas 8,8% pretende trabalhar como agricultor/a e 12,1% fazer outro trabalho na sua comunidade ou na Barra do Turvo⁶.

Nosso projeto tem sido um espaço onde esse dilema tem sido medido e reconhecido, durante as rodas de conversa do Coletivo e, mais amplamente, durante a restituição da pesquisa nas escolas. Dentro do Coletivo, aprofundamos as possibilidades para que as jovens desenvolvam novas oportunidades através do envolvimento com a agroecologia – um debate que, nas escolas, pudemos apenas esboçar. A comunicação e a promoção de produtos agroecológicos foram um dos caminhos propostos pelo coletivo durante a reunião preliminar do projeto (junho de 2018), implementado na oficina de comunicação.

⁶ Das outras respostas, 14,3% diz que ainda não têm planos de futuro e 8,8% se vê casada/o com filhos (várias respostas eram possíveis, houve 91 respostas para 80 participantes).

Quadro 1 | A oficina de comunicação: trabalho de memória e divulgação da agroecologia

A oficina foi organizada entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019 pela facilitadora contratada pela SOF no âmbito do projeto, em colaboração com o resto da equipe (agrônomas que acompanham a rede de agricultoras agroecológicas de Barra do Turvo e equipe de pesquisa). Uma primeira roda de conversa abordou a importância da memória e da cultura locais que se dá através da agricultura e da preparação de alimentos. Nesta base, as jovens, organizadas em grupos de 3 a 5 pessoas, escolheram um produto típico da sua comunidade, sobre o qual produziram panfletos. As jovens rapidamente concordaram com cinco produtos: a produção de farinha de milho pelas mulheres quilombolas, o café artesanal, o açúcar mascavo, a produção do bananal e os derivados de mandioca. Num segundo passo, a facilitadora pediu-lhes para entrevistar pessoas-chave na sua comunidade, em particular mulheres, sobre a cultura e a preparação destes produtos e o seu significado para si próprias e para a comunidade. No encontro seguinte, as jovens apresentaram este material, que se revelou ser não apenas notas de entrevista ou gravações de áudio com fotos, mas vídeos de cerca de 5 a 15 minutos, em alguns casos editados (com cortes, música de fundo...).

Durante a oficina, revisamos coletivamente este material e discutimos o conteúdo e a realização técnica. Para ajudar na transição para a forma escrita, a facilitadora distribuiu cerca de quinze panfletos de diferentes organizações, cujo conteúdo, formato e desenho gráfico estudamos para definir os panfletos do Coletivo. As jovens chegaram a um acordo sobre um roteiro e uma linha gráfica comuns. Na oficina de escrita, desenvolveram o texto e o “boneco” do panfleto, o que foi, na sua avaliação, a parte mais difícil. O passo seguinte consistiu na capacitação para um programa de edição gráfica (Scribus) e na montagem dos panfletos no computador. Um primeiro resultado foi apresentado a algumas agricultoras adultas, antes de ser revisto e impresso (1000 exemplares). Por meio de uma dramatização (perguntas do público e respostas), as jovens se prepararam para o lançamento dos panfletos (anúncio no microfone e mesa de apresentação), que aconteceu durante o primeiro aniversário da Feira Agroecológica de Registro (15/06/19). Atualmente, os panfletos estão sendo distribuídos aos grupos de consumidores responsáveis em São Paulo e em eventos envolvendo as mulheres agricultoras. Também circularam em Barra do Turvo, inclusive nos colégios.



A oficina deu a oportunidade para as jovens fazerem perguntas em suas famílias e comunidades sobre a história local e as técnicas agrícolas com as quais elas talvez não estivessem familiarizadas, chamando a atenção para a importância de reforçar a transmissão deste tipo de conhecimento entre gerações (ver ponto I.3. abaixo). Além disso, observamos o desafio que a estruturação da comunicação escrita ou oral representa para algumas jovens, mas mantemos a importância de trabalhar neste tipo de competência dentro do coletivo, com base nas necessidades concretas que se apresentam. A aquisição de competências informáticas, para além da utilização de celulares, foi particularmente valorizada por elas (*“Foi legal que a gente aprendeu várias coisas, tipo mexer no computador”*) e, de fato, se constituiu num ponto-chave da sua contribuição para a rede de mulheres agricultoras através da diagramação dos panfletos no computador. A distribuição dos panfletos, a sua impressão em escala relativamente grande e o fato de terem sido convidadas a participar da oficina fizeram com que as jovens se sentissem valorizadas, ainda mais quando elas são geralmente excluídas das oportunidades de formação devido à distância, à falta de informação ou à inadequação da oferta (*“Nunca fiz nenhum curso, esse é o primeiro que eu tô fazendo, e tô gostando bastante”*).

O coletivo sofreu com a saída de algumas jovens – que foram trabalhar em Curitiba e, no caso de um rapaz, fazer um curso de técnico agrícola. Apesar disso, os cinco panfletos inicialmente previstos foram realizados, quatro deles de forma autônoma pelas jovens, e concluímos que a oficina contribuiu para o lento processo de aproximação de jovens de diferentes comunidades. Conversar sobre questões concretas (formato dos panfletos, organização do lançamento etc.) e partilhar mais momentos juntas, inclusive dormindo juntas por duas noites, em dormitórios nas comunidades, ajudou a reduzir as distâncias e a criar uma base sobre a qual as relações necessárias para a ação coletiva dessa geração podem (e ainda devem) desenvolver-se.

3. Relações de gênero nas comunidades rurais e dificuldades específicas das jovens

“Sustentar três crianças sem salário não é fácil. Surgiu lá o grupo das mulheres [agricultoras agroecológicas, acompanhadas pela SOF], é muito bom trabalhar na roça, eu gosto de trabalhar na roça. Mas eu tinha uma briga muito grande lá na comunidade sobre terra, que eu não tinha[...]. Aí vim, vim trabalhar [em Curitiba], me adaptei no serviço e tô levando. Agora, caso um dia a comunidade lá diga ‘ó, a sua terra está aqui’, eu largo tudo aqui e volto pro sítio, porque sítio é melhor pra gente, pra gente e pras crianças, tem mais liberdade.” (mulher jovem de bairro rural trabalhando em Curitiba, mãe de três crianças).

Todas/os as/os jovens dos bairros rurais enfrentam dificuldades para construir projetos de vida na agricultura, mas, por várias razões, essas dificuldades são ainda maiores para as mulheres. Nossas observações junto ao coletivo, as conversas com jovens da Barra que moram em Curitiba e as respostas das/os estudantes do Ensino Médio ao nosso questionário indicam uma preferência dada aos meninos pela inserção na atividade agrícola, especialmente no trabalho remunerado. Desde a adolescência, os meninos participam das atividades de suas famílias, às vezes recebem um pedaço de terra ou animais, e são contratados por vizinhos ou fazendeiros para fazer trabalhos que podem se tornar regulares. Obviamente, este tipo de integração é também uma obrigação masculina e está longe de estar isenta de dificuldades e até de abusos.

“As pessoas querem que a gente trabalhe só serviço pesado (...). O cara [dono da fazenda] acabou não me pagando, daí eu fui embora”(homem jovem de bairro rural).

As mulheres não têm acesso a estes espaços na mesma dimensão que os homens. Quando elas estão envolvidas na produção agrícola, é geralmente com suas mães, no trabalho tipicamente feminino em torno da casa (horta, criação de animais pequenos), destinado principalmente para o consumo familiar.

“Isso da roça, eu sempre gostei. Mas igual... eu ajudo a mãe. A mãe tá conseguindo tirar uma renda com isso [com o grupo das agricultoras agroecológicas], mas muita gente não, só planta pra comer.”(mulher jovem de bairro rural)

Da mesma forma, as meninas participam do trabalho doméstico, reproduzindo precocemente a divisão sexual entre trabalho masculino remunerado e valorizado e trabalho feminino não remunerado e invisível. Quando elas realizam trabalho de faxina em casa de terceiro na sua comunidade, é comum que não recebam uma diária inteira, já que seu trabalho é considerado uma “ajuda”. Também há alguns casos em que elas simplesmente não fazem nada: dormem à tarde depois da escola e falam da inatividade por causa da “falta de oportunidade” como um dos problemas de sua vida em Barra do Turvo.

“Se eu voltar pra lá eu faria nada, como minhas irmãs que ficaram lá” (mulher jovem, bairro rural, procurando emprego em Curitiba).

As diferenças entre mulheres e homens construídas desde a tenra idade no seio das famílias e comunidades rurais resultam numa menor participação das mulheres no trabalho agrícola remunerado e, em alguns casos, num menor domínio de técnicas e conhecimentos específicos e menor legitimidade para ter acesso à terra. Diante da pressão fundiária e das dificuldades em manter sua atividade agrícola, as famílias tendem a favorecer os rapazes, em Barra do Turvo

como na maioria das áreas rurais do país⁷. Os homens também têm acesso a uma maior variedade de empregos rurais não agrícolas, tipicamente nos setores dos transportes e da construção. Como resultado, na idade adulta, as mulheres são mais frequentemente obrigadas a sair para trabalhar na cidade, como mostra a estrutura demográfica do município- 52,4% de homens e 47,6% de mulheres⁸. Quando perguntamos aos estudantes do Ensino Médio sobre os seus planos para o futuro, 68% das moças e 46% dos rapazes responderam que se viam trabalhando numa cidade. Além disso, 19% deles se viam fazendo trabalhos não relacionados com agricultura na Barra do Turvo, enquanto só 5% delas afirmaram o mesmo.

Enquanto as mulheres adultas são mais frequentemente forçadas a sair de Barra do Turvo, na adolescência essa relação é invertida: rapazes são mais propensos do que moças a ter sua primeira experiência de trabalho e vida independente na cidade. Este é o caso de mais de um quarto das/os estudantes do Ensino Médio que entrevistamos e, destes, dois terços são rapazes. Esta inversão do padrão de migração por idade e sexo faz com que as mulheres adultas saiam para a cidade sem experiência prévia com mais frequência do que os homens, aumentando o risco de fracasso e desilusão.

“Aí aqui, depois que eu quebrei minha cara lá três vezes, bem dizer, eu vi que ou eu pegava pé aqui, porque na cidade não é essa maravilha que todo mundo pensa.” (mulher jovem quilombola, Coletivo).

Esta diferença também chama a atenção para o controle específico exercido sobre a mobilidade das moças. O risco de gravidez cristaliza os medos de pais e mães de adolescentes, que tentam evitá-lo, geralmente através da proibição.

“- Mas pra namoro, até hoje eles me seguram. Ela [outra jovem do Coletivo] falou que o pai dela não gosta, meu pai até hoje... nossa, até hoje.

- Eles sempre querem cuidar de nós.

- Quando eu falo que eu tô namorando com alguém, nossa, ele [meu pai] pode nem conhecer, mas é a pior pessoa do mundo pra ele, normal.”(conversa entre duas jovens, Coletivo).

Não só os pais, mas também as mães, que, em alguns casos, se revelam mais conservadoras do que seus maridos, e os vizinhos exercem uma forte pressão sobre as adolescentes, pondo em questão sua reputação e exigindo que aquelas que se tornam mães cumpram exclusivamente este papel:

⁷Uma pesquisa realizada em três municípios rurais do Pernambuco mostra que 85,5% dos meninos e apenas 60,9% das meninas participam do trabalho agrícola do estabelecimento familiar (Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (coord.), *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*, Recife, UFPE, 2013).

⁸ Atlas de Desenvolvimento Humano de Brasil, 2010. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/es/perfil_m/barra-do-turvo_sp. Acesso em 20/09/2019.

“Aí uns vizinhos falavam que não era filha dele porque eu tinha vindo embora antes, né, a gente terminado e eu ter vindo embora. Passei por muito preconceito por estar grávida... por ter terminado com ele e estar grávida” (mulher jovem de bairro rural, mãe solteira)

“Nas cabeças das pessoas, quando você vira mãe, mesmo que tenha 16 anos, você é só mãe.”

“Na cabeça dele [jovem marido], quando você tem filho, tem que ficar em casa, não pode trabalhar. Mas para ser assim, o homem tem que proporcionar uma vida boa pra você, e não era assim.” (mulher jovem de bairro rural, mãe de 3 crianças, sobre a interrupção dos seus estudos com 16 anos)

A pressão social, exercida através de uma representação conservadora e intransigente da maternidade, é acompanhada pela negação social da sexualidade das moças. Algumas jovens protestam contra esta “hipocrisia” e algumas até querem ser mães para, pensam elas, se libertarem do controle de seus pais. A maioria, no entanto, está consciente da perda de liberdade que a maternidade significaria para elas e do risco de que o controle exercido pelos pais fosse simplesmente transferido para o namorado ou marido.

“Deus me livre namorar. Ah, não, só dá trabalho pra gente namorar. A gente vai querer sair, eles não vão deixar. Vão querer mandar na roupa da gente. Tem homem que quer mandar em tudo da pessoa, quer mudar a pessoa. E eu mesma não mudo.” (mulher jovem, bairro rural, Coletivo)

A maioria das jovens experimentam relações sexuais cedo, sofrem o peso das proibições e das relações desiguais e têm pouco espaço para falar sobre isso. Durante a oficina sobre corpo e sexualidade, na Escola de Formação “Feminismo e Agroecologia”, as jovens ficaram constrangidas com as discussões sobre prazer e sexualidade feminina e mostraram ter pouco conhecimento sobre o funcionamento do seu corpo. Elas também ouviram com atenção, embora sem participar diretamente, a discussão sobre a qualidade dos relacionamentos – que as adultas focaram na questão da violência contra a mulher.

Em suma, a reprodução da divisão sexual do trabalho agrícola e doméstico, a dificuldade de acesso das mulheres à terra e, em alguns casos, ao conhecimento agrícola, os controles exercidos sobre sua mobilidade e sobre seu corpo, a complexa relação entre a busca de autonomia, a transição para a vida adulta, a construção da feminilidade e da maternidade e a migração tornam o envolvimento das jovens na agroecologia uma questão multidimensional.

A abordagem feminista desenvolvida pela SOF com agricultoras adultas no Vale do Ribeira desde 2015 combinou mudanças técnicas na agricultura e transformação das relações de gênero e de poder local. Baseou-se em ações voltadas para a valorização mercantil e não mercantil da produção agroecológica das mulheres, a sua auto-organização, o acesso à formação, a participação no movimento feminista e a construção de alianças com outros movimentos sociais. Gradualmente, o reconhecimento da dificuldade de envolver as jovens na agricultura e as preocupações expressas pelas adultas têm demonstrado a urgência de integrar uma abordagem geracional e as múltiplas dimensões que ela implica. Como disse uma agricultora:

“No meu caso é lutar pela agricultura porque os meus filhos estão comigo, os três, e eu não quero que eles parem, entendeu? Então, aqui é o nosso lugar e eu tenho o privilégio de ter meus três filhos na agricultura familiar. Nós temos que lutar porque quando a gente partir eles continuarem o que nós começamos lá atrás com vocês. Geração para geração: nossa, a SOF ajudou a minha mãe, agora nós e depois os nossos filhos e assim vai indo.”
(agricultora agroecológica, mãe de três filhos, 2017)

II. A vida na cidade: “ir com a cabeça muito bem informada”

1. Uma opção “natural”

Como resultado destas restrições, observamos, nos diversos espaços onde estivemos com as/os jovens, em conversas formais no âmbito da pesquisa ou em conversas informais, com elas/es mesmas/os ou pessoas de suas famílias, que ir para a cidade é uma opção considerada natural. Em muitos casos, esta opção é estimulada e até apoiada pelas famílias, apesar da consciência das dificuldades enfrentadas pelas/os jovens na cidade:

“Mas e esses jovens? Eu tenho quatro, o que eles vão fazer? Não querem mais roça, não têm oportunidade. Às vezes a gente pensa que ir para a cidade tem mais oportunidades, mas depois a gente pensa: o que eles vão ser? Enfrentar o mato, uma roça é difícil. A gente não tem incentivo e não tem ajuda. [...] Tem uns meninos que tão na roça desde os cinco anos [...], saíram e foram para cidade, são trabalhadores. Não estão bem, mas dando o duro deles, eles têm as coisinhas” (agricultora agroecológica, mãe de 4 filhos).

Na pesquisa por questionários, 14% do total de estudantes afirmaram que conversam sobre seus planos para o futuro na sua família e adicionais 63% disseram que, além de conversar, suas famílias se oferecem para auxiliá-los a concretizar estes planos. Considerando que 56% do total de estudantes afirmaram que seu plano de futuro é ir para cidade, entendemos que é comum que as famílias apoiem e acompanhem este projeto na medida das suas possibilidades. No grupo focal que realizamos com o coletivo, a maioria das jovens também afirmou que conversam sobre isso com seus familiares. Elas também demonstraram que, embora ir para a cidade seja um plano muito real, voltar para a Barra do Turvo é uma possibilidade que é constantemente levada em consideração, o que revela a presença da migração de caráter circular entre as/os jovens.

“Normal, sempre falo, sempre falei, que se der tudo certo, se der tudo certo, né, que a gente não sabe, né... porque meu pai mora em Curitiba também. Daí eu falo, meu pai sabe que quando eu terminar [o Ensino Médio] eu vou pra lá, se der tudo certo. E se não der também, volta embora, mas eu falo, é uma conversa normal” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

“Quando eu fui embora a primeira vez, eu cheguei e falei com a minha mãe, ela me apoiou, meu pai ficou até bravo comigo, mas eu fui. Quebrei a cara, voltei. Quando fiz 18 anos fui de novo, daí meu pai já tava mais de acordo, porque aí já tava de maior, já tinha ido e tal.” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

Poder estudar e trabalhar é a principal motivação das/os jovens para ir para a cidade. Na pesquisa por questionários, dentre estudantes que afirmaram

querer mudar de cidade, o principal motivo é ter mais oportunidades de estudo (54%), seguido por ter mais oportunidades de trabalho (30%). Tanto os jovens que estão na Barra do Turvo quanto aqueles que saíram de lá, principalmente rumo à região metropolitana de Curitiba, reconhecem que a migração ocorre principalmente porque os jovens são empurrados pela falta de oportunidades:

“Impossível é todo mundo ficar aqui, porque aqui não tem emprego pra todo mundo.” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

“Falar bem a verdade. Falar que [as jovens] não vêm [pra cidade]... eu não vou, porque não quero que não cheguem em lugar nenhum. [...] Eu falo, ficar lá [na Barra do Turvo] não vai fazer nada da vida lá. Vai trabalhar na roça, pro seu pai, pra sua mãe, e olhe lá. Vir pra cidade, você vai ter seu salarinho, você vai viver. Só que tem que segurar as pontas e saber.” (mulher quilombola morando em Curitiba)

2. Mulheres e homens na busca por moradia e emprego na cidade

Uma vez na cidade, as redes de apoio das/os jovens estão baseadas nas relações que eles já tinham em suas comunidades de origem. É muito comum que elas/es estabeleçam moradia com irmãos, primos ou vizinhos antigos, ou, pelo menos, que morem perto, na mesma rua ou no mesmo bairro. Um jeito de morar que encontramos nas visitas em Curitiba é o de residir em casas diferentes das de parentes e conhecidos, mas dividindo o mesmo quintal. É comum que a casa da frente seja do dono do terreno, que constrói algumas casas atrás da sua para alugar para estas/es jovens, que formam um tipo de “república de parentes”. Via de regra, as/os jovens que chegam à cidade sozinhos (ou seja, que não migraram por terem casado), se estabelecem na casa de familiares.

“Tem muito parente aqui, nessa rua mesmo, tem uns três, quatro primos. Tem um tio também que é vizinho. Lá na frente tem um tio que é irmão da mãe. Aí tem uma cidade vizinha também, Colombo, que tem bem mais parente ainda. Todo lugar que você vai tem alguém. A Barra se mudou pra Curitiba, só pode.” (mulher jovem quilombola)

Na busca por empregos na cidade, é clara a diferença entre o tipo de atividade em que os rapazes se envolvem e aquele em que as moças se envolvem. Nas visitas aos jovens que estão em Curitiba, encontramos os homens trabalhando em funções como auxiliar de pedreiro, instalador de Internet e em cozinhas de restaurante. Enquanto isso, as meninas estavam procurando emprego, atuando como trabalhadoras da limpeza de empresas terceirizadas ou como empregadas domésticas. Dentre as mulheres, é nítida a diferença entre mulheres mais novas – que demonstram uma preferência por empregos no setor de comércio, com

atendimento ao público – e as mulheres mais velhas, que no geral trabalham ou já trabalharam como empregadas domésticas.

“Os empregos que eu durei mais foi de doméstica, e as meninas mais novas não querem trabalhar em casa, também tem isso né. Elas querem trabalhar em firma, em empresa né. Eu também preferia trabalhar em empresa, mas pra mim é melhor trabalhar em uma casa. Porque eu penso assim: eu moro aqui, pago aluguel, vou pra Barra de 15 em 15 dias, então eu tenho gasto, bastante. E eles pagam melhor. Doméstica eles pagam melhor do que firma.”

“Empresa tem mais chance de crescer, né. Eu também acho, que você tem mais futuro do que doméstica né, se você trabalhar de doméstica e não fizer um curso, não for atrás de nada, não tem como você subir, vai sempre continuar ali.” (mulher quilombola, morando em Curitiba há uns 15 anos)

Através das mulheres que estão em Curitiba há mais tempo, percebemos que os últimos anos foram de intensas mudanças em relação ao mercado de trabalho na cidade. Muitas/os das/os jovens não chegaram a terminar o Ensino Médio na cidade de Barra do Turvo – a evasão escolar durante os últimos anos de formação é muito comum –, e isso é sentido como uma forte barreira à entrada no mercado de trabalho (veja parte III).

Dentre as/os jovens mais novas/os, que chegaram a Curitiba há pouco, percebemos uma clara diferença em relação à vivência que homens e mulheres têm dos primeiros meses na cidade. É comum encontrar moças que assumem o papel de realizar o trabalho doméstico (seja na casa em que moram com os irmãos, na casa de algum outro parente ou em sua casa com o marido) enquanto buscam um primeiro emprego mais próximo do que consideram ideal, ou mesmo buscam terminar os estudos; enquanto isso, os garotos parecem mais pressionados para arrumar emprego, fixo ou temporário, em qualquer área, assim que chegam na cidade. Tanto conversando com eles quanto nas nossas conversas com as mulheres do grupo de agricultoras agroecológicas da Barra do Turvo, percebemos que há uma expectativa de que os meninos trabalhem fora de casa desde cedo, mesmo em trabalhos pesados e muito precários, assumindo um papel de provedor, que inclusive os empurra para a evasão escolar.

“Desanimei da escola. [...] A época que eu parei de estudar é porque, assim, lá no sítio, eu trabalhava em uma fazenda lá, trabalhava o dia inteiro, dava cinco horas da tarde, tava cansado ‘ah, não vou pra escola hoje, não’, ‘ah, não, não vou pra escola’, aí desisti.” (homem jovem quilombola morando em Curitiba)

Ainda que as garotas mostrem ter relativa tranquilidade para conseguir um primeiro emprego mais próximo do que querem, as condições de trabalho que elas encontram também no geral são precárias. Nas conversas, os empregos que elas

citaram ter tido foram: linhas de montagem de chips de celular, produção de conservas (que envolve passar o dia inteiro molhada), empregada doméstica, trabalhadora terceirizada de limpeza, ajudantes de cozinha ou vendedoras (com longuíssimas jornadas de trabalho). Elas também ficam responsáveis pelo trabalho doméstico de onde estão morando, e parecem ter menos relações pessoais estabelecidas na cidade do que os rapazes. A maioria das jovens com quem conversamos não tinham laços sociais consolidados na cidade, enquanto os meninos disseram ter o costume de encontrar os amigos diariamente.

“Tô procurando alguma coisa até para ajudar meu irmão, né, porque a gente mora junto, e só ele fazendo as contas fechar...” (mulher jovem quilombola morando em Curitiba)

“Sempre se reúne à tarde, nós somos mais ou menos uns quatro, cinco, a gente sobe lá, se reúne à tarde e fica lá jogando conversa fora na casa do meu irmão. Aí à tardezinha assim, a gente pega e se junta. [Perguntamos se são só meninos:] Só menino. É bacana.” (homem jovem quilombola morando em Curitiba).

3. Mães cuidando de filhos na cidade: a difícil busca por autonomia

Para além das dificuldades vinculadas ao trabalho remunerado, as mulheres – especialmente as mães solteiras – mostraram uma sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados e um grande isolamento na realização dessas tarefas. Essa situação se torna crítica principalmente quando algum/a filho/a fica em uma situação que requer maior cuidado, como em casos de doença ou acidente.

“Uma vez, eu fiquei desempregada, mas não porque não apareceu emprego, foi por causa do L. [filho], no caso, né, eu arrumei emprego e passou duas semanas, ele ficou doente, ficou internado, no hospital, aí não tinha como ir, no caso, eles também não podiam ficar comigo, né” (mulher quilombola e mãe solteira morando em Curitiba)

“Igual, meu menino quebrou o braço, quem socorreu? O pai dele tava aqui, mas... não tem ninguém. Quebrou, eu saí do emprego, tava na experiência, precisava levar ele no médico. [...] Vai ficar internado, aí, meu Deus, fazer o quê, né? Aí, fiquei com ele lá...” (mulher quilombola e mãe solteira morando em Curitiba)

Estar longe da família, não poder contar com políticas públicas de Estado como creche em tempo integral ou um melhor funcionamento do transporte público, além de geralmente não ter apoio dos pais das crianças são as condições críticas dessas mulheres na cidade. Percebemos que o único jeito que elas

encontram de diminuir a sobrecarga de trabalho é contando com suas mães, que moram na Barra do Turvo, para cuidar dos seus filhos por um período. Isso possibilita que elas trabalhem mais e possam viver em um espaço menor, diminuindo o preço de aluguel. Essa escolha, no entanto, geralmente se dá através de sofrimento pela separação delas em relação aos filhos.

“Era bem triste, aí eu arrumei um emprego, tive que ficar longe da D. [filha], porque não tinha com quem deixar ela [D. foi morar com os avós na Barra do Turvo]. Quando eu consegui levar ela, tive que sair do serviço, porque a gente arrumou uma menina pra cuidar dela que judiava dela. Daí eu já saí do serviço também.” (mulher jovem de bairro rural e mãe solteira morando em Curitiba)

“Meu filho não tem como ficar sem mim lá [na Barra do Turvo]. Não dá pra ficar. Por mais que ele estava bem mas mãe que é mãe não fica longe do filho.” (mulher quilombola e mãe solteira morando em Curitiba)

Nas nossas conversas com mães solteiras, observamos que a sua aceitação do trabalho de cuidar dos filhos é acompanhada pelo desresponsabilização do pai, expondo-as a situações de vulnerabilidade e dependência de seus próprios pais ou de outros parentes. Como resultado da aceitação do papel de mãe, elas não procuram dividir o cuidado dos filhos com o pai, mas apenas que este pague uma pensão, que, na maioria dos casos, elas obtêm apenas através de um processo judicial.

“Ele [pai do filho] começou a pagar pensão quando ele [filho] fez quatro anos porque eu coloquei ele na justiça. Daí ele veio e registrou, era tudo no meu nome só, e agora ele paga pensão. Mas é assim, mês paga, mês não paga... quando quer.” (Mulher quilombola e mãe solteira morando em Curitiba)

As condições impostas pelo mercado do trabalho, junto com as responsabilidades atribuídas socialmente às mães, constituem fatores de vulnerabilidade que limitam fortemente as possibilidades dessas mulheres de ampliarem sua autonomia pessoal e financeira durante o tempo de criação dos seus filhos.

III. Acesso à educação, entre campo e cidade

1. Sonhos de estudo

“Meu sonho é fazer faculdade. Eu terminei meu Ensino Médio mas eu falo que não terminei meus estudos, porque eu tenho vontade, o meu sonho é conseguir uma bolsa para fazer faculdade.” (mulher quilombola, mãe de três crianças morando em Curitiba)

Desde as primeiras reuniões do coletivo, o desejo de estudar surgiu como um ponto em comum entre as jovens de Barra do Turvo e como uma questão central quando discutimos suas ideias para o futuro – geralmente antes mesmo daquelas relacionados ao casamento. Todas elas declararam sonhar em fazer uma faculdade, um curso técnico ou profissional, em vários campos (foram mencionados: veterinária, gastronomia, manicure, administração, psicologia, professora, detetive, oceanografia).

Isso contrasta com as opiniões negativas de muitas delas sobre sua escola, seja porque acreditam que são discriminadas por causa de sua origem social (ver Parte I), porque no seu juízo a qualidade da educação é fraca ou às vezes porque elas mesmas não assistiram às aulas com a devida assiduidade:

“Os professores não se importam com os alunos, dizem para abrir o livro e não explicam.” (Mulher jovem de bairro rural, Coletivo)

“Eu pensei que nem ia passar, porque eu ficava matando muita aula. O professor mesmo falava que não ia me passar. Mas passaram não sei como. Não queriam ver minha cara, né, na escola, mandaram eu embora. Passaram sem eu saber nada.” (Mulher jovem de bairro rural, Coletivo)

Apesar dessas percepções, a pesquisa através do questionário confirma o desejo de quase todas/os (97%) as/os estudantes de ingressar no ensino técnico ou superior. Em nível nacional, o desejo maciço de estudar é certamente uma das características da juventude rural que mais a distingue da geração anterior⁹. Vários fatores estão em jogo. O número de instituições de ensino superior no Brasil cresceu de 893 em 1991 para 2.416 em 2012. Este crescimento está relacionado com o aumento de instituições privadas, mas há também uma tendência de aumento da oferta e de democratização do ensino público, principalmente entre 2004 e 2012. Neste período, em todos os cursos de Ensino Superior, houve uma diminuição

⁹ No livro acima mencionado sobre a juventude rural em Pernambuco, Maria de Nazaré Baudel Wanderley e sua equipe fazem a mesma observação: “um avanço: a escolaridade dos jovens atuais é, em muito, superior à dos seus pais; um limite: o abandono precoce dos estudos e um trunfo: a grande demanda por educação, expressa pela maioria dos jovens” (p. 188).

²⁴ “O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação”, *Avaliação (Campinas)* [online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747.

percentual de estudantes oriundos de famílias de alta renda, assim como um pequeno aumento dos estudantes de cores preta e parda. Além da expansão e interiorização dos campi, a implantação da Lei de Cotas também foi essencial para a efetividade desse processo². O lugar dado pelos jovens e seus pais à educação como fator de avanço social, especialmente quando nenhum membro na família teve a oportunidade de estudar no ensino superior, reflete essas mudanças:

“Eles [meus pais] querem que eu seja alguém na vida um dia, porque minhas irmãs não estudaram, não fizeram faculdade. Daí eles querem que um pelo menos faça faculdade.” (Mulher jovem de bairro rural, Coletivo).

As jovens têm consciência mais ou menos aguda de que o mercado de trabalho, particularmente nas zonas urbanas, mudou e de que já não é possível obter um bom emprego sem formação:

“No mercado mesmo, eu não sei, se um dia eu pegar trabalho no mercado, mas no caixa eu não quero trabalhar. Mexe com matemática né. Só que matemática eu sou péssima” (Mulher jovem de bairro rural, Coletivo)

“Hoje em dia, todas as empresas que você vai, tem que ter um curso. Hoje em dia o ensino médio não tá valendo nada em relação a emprego, se você não tiver um curso você não consegue” (mulher quilombola, morando em Curitiba há uns 15 anos)

Essa consciência, em muitos casos, resulta no desejo de estudar:

“Eu penso em terminar a escola agora e ir embora, fazer cursos profissionalizantes para conseguir emprego, essas coisas.” (Mulher quilombola de 18 anos, Coletivo)

“Você fala ‘vou pra cidade, pronto, vou pro paraíso’... e não é. Principalmente se você não estudar, se não estudar você tá com os burro na água. Você tendo terminado, mesmo procurando emprego, sem saber o que vai fazer, você aprende. Mas se não terminou, você não tem nem a chance [...] de ir atrás de uma coisa melhor, escolher, falar ‘vou fazer esse curso, fazer isso’... não tem como. Você tem que fazer o que vão encaixando você.” (Mulher de bairro rural, 27 anos)

A vontade de estudar das/os alunas/os do ensino médio de Barra do Turvo é voltada, em primeiro lugar, às faculdades (61% de acordo com nossa pesquisa por questionário), seguida quase que igualmente por cursos profissionalizantes e técnicos (20% e 17%, respectivamente, sem diferença significativa entre os sexos). A preferência pela faculdade explica-se pelo seu maior prestígio, mas também pela distância que separa estes jovens e as suas famílias do mundo do ensino superior, dificultando-lhes o conhecimento das diferenças entre currículos, em termos de condições de acesso, de métodos de estudo ou de oportunidades no mercado de trabalho.

“Começar com alguns projetos de curso, para arrumar um bom emprego, e quem sabe, quem sabe lá na frente, talvez uma faculdade, mas eu não penso o que quero fazer [na faculdade].” (mulher jovem quilombola, Coletivo)

A acumulação de dificuldades limita a formulação de projetos concretos para boa parte das/os jovens rurais. Fazer um curso ou uma faculdade é então uma resposta genérica, cuja realização é apenas uma possibilidade distante. Esta situação contrasta com a das/os filhas/os de famílias da zona central do município, que frequentam a mesma escola e têm apoios familiares mais eficientes. Estas situações ainda diferem de alguns jovens da zona rural, especialmente filhos ou filhas de líderes locais, que optam cedo pelo ensino técnico ou profissional, que consideram ser mais adequado às suas realidades do que o ensino secundário e superior. Quando perguntado sobre suas chances de encontrar trabalho depois de fazer vários cursos desse tipo, um desses jovens respondeu:

“Consigo, esses cursos... aqui, eles exigem mais curso do que estudo, aqui em Curitiba. Lá em São Paulo é mais o estudo, aqui é mais formação, experiência em várias áreas” (homem jovem quilombola morando em Curitiba).

2. Barra do Turvo: possibilidades limitadas

Em Barra do Turvo, como na maioria dos municípios rurais do país¹⁰, a oferta local de formação extraescolar para jovens ou adultos é limitada. Provém principalmente do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no âmbito de programas de luta contra a pobreza, como o Bolsa Família, e diz respeito a cursos profissionalizantes (como maquiadora, cabeleireira, panificação e manicure), cursos básicos (por exemplo, em informática) ou ainda na área de artes (aula de violão). Estes cursos são ministrados nas instalações do CRAS no centro do município e, em alguns casos, numa unidade situada na rodovia BR-116, mas os horários (noturnos) e os transportes públicos limitam fortemente a participação

¹⁰ De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “No Brasil em 2017 23,0% das pessoas de 15 a 29 anos de idade (11,2 milhões) não estavam ocupadas nem estudando ou se qualificando. Em comparação a 2016 houve um aumento de 5,9% nesse contingente. Esta situação toca em particular às mulheres (28,7%) frente a 17,4% dos homens, e as pessoas negras (25,9%) frente a 18,7% das brancas”. Além disso, “Considerando dados disponíveis para 2011 percebe-se a desigualdade também entre rurais e urbanas, 36,62% das jovens rurais encontravam-se nesta situação frente a 27,11% das jovens urbanas e 9,3% dos jovens rurais” (Tillmann, Eduardo e Comin, Flavio. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico v. 46 nº 2. IPEA: Rio de Janeiro, agosto 2016.). Por fim, “Pesquisa realizada na América Latina e no Caribe demonstrou que 31% dos jovens pertencentes a esse grupo estão procurando trabalho (principalmente os homens), mais da metade, 64%, dedicam-se a trabalhos de cuidado familiar (principalmente as mulheres), e quase todos desempenham tarefas domésticas ou ajudam nos negócios de suas famílias” (R. Novella, A. Repetto, C. Robino e G. Ruci, Millenials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018).

dos moradores das áreas rurais. Algumas instituições também ofereceram cursos ligados à preservação ambiental, como de turismo comunitário ou viveiristas, coordenados pela Fundação Florestal. Outro exemplo importante foi o projeto “Agroflorestar”, implementado pela Cooperafloresta com financiamento da empresa Petrobrás (2011-2012), que teve foco no manejo agroflorestal. No entanto, esse tipo de oferta de cursos tornou-se escassa no atual contexto de restrições financeiras nos setores público e privado.

Como resultado, apenas uma minoria de jovens – 30% das respostas ao nosso questionário – teve a oportunidade de frequentar um curso antes de terminar o Ensino Médio, o que, para a grande maioria (87%), foi uma experiência positiva (para os restantes 13%, a experiência foi “regular”). Dos 70% de jovens que nunca fizeram qualquer curso extracurricular, quase a metade (43%) diz que isso se deve à “falta de oportunidade”, o que exprime, sobretudo, a sua distância das oportunidades de formação e a sua falta de tentativa nesta área. Outras respostas refletem uma experiência mais específica das dificuldades de acesso à formação, tais como a falta de oferta de cursos que as/os interessam no município (20%); a falta de transporte ou a distância (8%); a dificuldade financeira (6%); e as dificuldades com os horários (2%). 18% também indicou a falta geral de interesse e 4% citaram outros motivos.

Esta situação dificulta o acesso imediato dos jovens às oportunidades de trabalho e também a construção de trajetórias de formação a médio e longo prazo. Com efeito, o acesso das/os jovens rurais ao ensino técnico ou superior raramente é direto. Pelo contrário, é através da acumulação de várias experiências de formação desde a adolescência que algumas pessoas conseguem chegar mais tarde e sempre de forma progressiva a empregos mais qualificados e a cursos mais aprofundados ou mais específicos.

Além disso, muitos jovens abandonam o Ensino Médio. São jovens (geralmente rapazes) que decidem parar a escola para trabalhar na agricultura ou que tentam encontrar um emprego na cidade (tanto rapazes quanto moças). São também elas que deixam a escola após terem casado, engravidado e/ou se mudado para a cidade com o noivo:

“Aqui acontece isso bastante [moças não terminarem o ensino médio], muito por causa da visão das pessoas. Quando você engravidou, pronto, você não pode fazer mais nada. A maioria, aqui mesmo, das meninas, a maioria já foi embora.... E a maioria, bem difícil quem terminou os estudos. Casa e vai embora.” (mulher jovem, bairro rural, mãe solteira de três filhos)

Muitas/os das/os jovens que encontramos trabalhando na cidade algum tempo depois de saírem da escola pretendem terminar a formação escolar por meio de programas de Educação de Jovens e Adultos, por considerar que hoje é

preciso ter o ensino médio completo para ter qualquer emprego (ver Parte II), mas a grande maioria não consegue concretizar esse plano.

Diante desses limites, o apoio da família cumpre um papel importante na realização (ou não) dos projetos das/os jovens, mas existem grandes diferenças entre as possibilidades das famílias. Muitos jovens são criados apenas pela mãe ou por um ou mais membros da família que não são seus pais (tio, tia, avós...). Essa diversidade de arranjos familiares é muito comum e se relaciona com as dificuldades da geração anterior. No âmbito do município, o percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filho menor aumentou de 5,2% do total de mães chefes de família em 1991 para 19,9% em 2000 e 31,8% em 2010, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano. As diferenças entre as famílias são financeiras, mas também dizem respeito a outros tipos de recursos, como redes de relação, acesso à informação e à simples atenção que a mãe, o pai ou outro parente pode dedicar à/ao jovem em casa.

Em uma reunião do coletivo, algumas jovens relataram não falar de assuntos pessoais em casa (*“em casa eu não converso com ninguém, eu converso comigo mesma, sozinha. Em casa, só comigo”*), enquanto outras disseram que conversam regularmente, geralmente com a mãe. Posteriormente, o questionário mostrou que a grande maioria (81%) das/os estudantes considera que está discutindo seus planos de futuro em casa, seja com a mãe (33%), com ambos os pais (28%), com o pai (5%) ou com outros familiares (34%). Através destas conversas, 23% delas/eles consideram que estão simplesmente informando sua família sobre seus planos ou pedindo-lhes autorização para saírem, enquanto 77% consideram receber apoio após estas discussões.

Uma grande parte dos jovens tem, portanto, planos de partir para a cidade que são acompanhados pelas famílias e que muitas vezes fazem mesmo parte das estratégias familiares de diversificação das atividades e de acesso à renda. Normalmente, as famílias indicam aos jovens a casa de um parente para ficarem na cidade (80% dos casos), dão-lhes algum dinheiro e, se possível, contatos para procurar emprego. Mas, em geral, os pais não têm condições para ajudar os seus filhos na continuação dos seus estudos, pois eles mesmos pararam no ensino fundamental, especialmente no caso das mães, que são as interlocutoras mais frequentes das/os filhos. Muitas vezes, as/os jovens vão à cidade como se fossem a uma aventura, e enfrentam condições muito mais difíceis do que esperavam:

“A gente acha que Curitiba, os outros lugares, a gente vai, nossa, ganhar o mundo aí pra fora. Não é, tudo ilusão, gente, tudo ilusão” (jovem mulher quilombola se dirigindo a meninas mais jovens em um encontro do Coletivo).

3. Estudar na cidade: um horizonte difícil de alcançar

Sendo ou não apoiados por suas famílias e tendo ou não completado o ensino médio, muitas/os jovens de Barra do Turvo se encontram em Curitiba na esperança de conseguir um emprego e de seguir estudando, motivados pela suposta melhor qualidade do ensino médio e pela oferta de formação técnica e superior. No entanto, conciliar estudo e trabalho revela-se um real desafio, devido ao tipo de emprego ocupado pelas/os jovens, à instabilidade laboral, aos longos horários de trabalho e às condições de moradia, em bairros distantes dos locais de formação:

“No começo tava dando pra estudar e trabalhar, mas tava ficando muito cansativo, porque eu acordava 5h da manhã e chegava meia noite, então não dava. Cabeça fraca, também.” (Jovem mulher quilombola)

“Parei na metade do terceiro aqui em Curitiba mesmo, parei ano passado, porque tinha que trabalhar o dia inteiro e estudar a noite. Na Barra, eu parei no primeiro. É que daí eu fui embora com o meu pai, morar com a minha tia. Comecei a estudar lá, terminei lá. Aí voltei a morar pra Barra, arrumei serviço aqui... Aí no começo do ano arrumei serviço em outra cidade, Pariquera. Daí trabalhei até metade do ano lá e em agosto vim pra cá.” (Homem jovem de bairro rural)

Diante desses obstáculos, muitas/os jovens abandonam a ideia de estudar para se dedicarem exclusivamente ao trabalho. As/os poucas/os jovens rurais que estudam conseguem fazê-lo após longos percursos: tipicamente uma primeira etapa de trabalho e curso técnico, seguida por períodos de trabalho e poupança e, para as meninas, de gravidez e criação de filhos, e, às vezes, finalmente o acesso a uma faculdade, geralmente privada (paga, mas de mais fácil acesso). As mães solteiras, que já enfrentam dificuldades ao acumular o trabalho remunerado e de cuidado dos filhos (ver Parte II acima), são excluídas deste tipo de percurso, pelo menos até terminarem de criar seus filhos.

“Eu pretendo fazer um curso daqui uns três meses, daí, até lá, eu preciso me estabilizar, né. Eu pretendo começar um curso. Porque agora [que meu filho não está mais morando comigo] eu vou ter tempo, né. Eu pretendo fazer de auxiliar de enfermagem, mas até lá não sei, mas meu plano é esse.” (Mulher quilombola, mãe solteira).

4. “Mais e mais conhecimentos”: outros caminhos de formação?

Muitos fatores estão em jogo nas dificuldades das/os jovens em realizar seu sonho de estudar: por um lado, restrições pessoais (financeiras, gravidez, cuidado de filhos, instabilidade laboral ou pessoal etc.); por outro lado, uma oferta de formação escassa em Barra do Turvo e difícil de acessar na cidade. Esta situação

levou-nos a procurar cursos mais adequados à realidade da juventude rural, particularmente pelos seus modos de organização (cursos em alternância) e pelo seu modelo pedagógico (valorizando os conhecimentos populares e as contribuições das/os estudantes em geral). Realizamos a visita de dois cursos juntas, a fim de entender melhor seu funcionamento, mas também, e, talvez, acima de tudo, para criar um espaço de troca sobre questões de formação sobre o qual as jovens podem se apoiar em médio prazo. Escolhemos cursos de agroecologia, embora o intercâmbio tenha tido como objetivo mais amplo conhecer os locais de formação, onde também perguntamos sobre os outros cursos oferecidos.

Quadro 2: Intercâmbio na Escola Latino-Americana de Agroecologia e na Universidade Federal do Paraná

O intercâmbio ocorreu de 28 a 30 de março de 2019. Participaram 15 jovens (14 moças e 1 rapaz), e a maioria dos quais são integrantes do coletivo e tinham participado da oficina de comunicação (ver Caixa 1 acima). Fomos primeiramente para a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento da reforma agrária Contestado, no município de Lapa (Paraná). A ELAA está localizada em uma área rural remota e suas instalações (algumas de concreto e outras de madeira) foram autoconstruídas. Fomos recebidas pelo Setor Pedagógico da ELAA, composto por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e pelos alunos da 4ª turma do Curso Tecnólogo em Agroecologia. Nos instalamos nos dormitórios da ELAA, enquanto os estudantes explicavam que todo o trabalho (limpeza, cozinha, manutenção) necessário para viver no local é dividido entre os moradores.

Em um segundo passo, fomos convidadas a visitar o terreno de uma das famílias do Assentamento Contestado, onde era realizada uma aula prática da disciplina de fruticultura e onde pudemos conhecer as plantações das/os estudantes (hortas e sistemas agroflorestais). De volta à ELAA, participamos de uma reunião com os membros do Setor Pedagógico, que nos apresentaram a história do assentamento, começando pela ocupação, pelo MST, da terra de uma empresa cerâmica falida em 1999, seguida pela criação, em 2005, da ELAA, conforme proposta da Via Campesina. A ELAA acolhe estudantes envolvidos em



vários movimentos sociais ligados à Via Campesina. Seus professores são oriundos do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Campo Largo (Paraná) e seus principais recursos financeiros vêm do Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária (PRONERA). Além do Curso Técnico em Agroecologia, a ELAA oferece uma Licenciatura em Educação do Campo, destinada à formação de professores e educadores. Os princípios da Escola são o acesso ao conhecimento científico e popular e a troca de conhecimentos entre os povos da América Latina. Funciona em regime de alternância (“tempo escola” e “tempo comunidade” de três meses cada) para permitir a permanência das/os estudantes no seu local de origem e a aplicação prática da sua formação, inclusive na organização sociopolítica local. O 4º ano do Tecnólogo em Agroecologia envolve cerca de 50 alunos, a maioria homens, oriundos de 11 estados brasileiros e de cinco outros países da América Latina.



A obrigação de passar três meses no assentamento, longe das suas famílias (tempo escola), suscitou preocupações entre as jovens do coletivo (“é muito tempo fora de casa”). Nós as encorajamos a fazer suas perguntas às/aos estudantes durante a noite de intercâmbio para a qual eles nos convidaram. Durante a noite, as/os estudantes se apresentaram, cada um/a falando sobre seu lugar de origem, o movimento social do qual faz parte e seu projeto profissional.

As apresentações destacaram a importância do conhecimento técnico, mas também da formação política. De várias formas, as/os estudantes se posicionaram como agentes de mudança local, através de projetos de transição agroecológica, da criação de redes de comércio justo ou de espaços de luta contra vários tipos de violência, para dar apenas alguns exemplos. Em resposta às perguntas do coletivo, elas/es reconheceram que viver juntos durante o tempo-escola é uma grande dificuldade e um motivo de desistência para algumas pessoas, ao mesmo tempo em que insistem no seu papel formativo. Em conversa privada, algumas estudantes falaram-nos da sua dificuldade em fazer cumprir as regras de divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres na Escola, e de outros conflitos que ocorrem no tempo-escola por conta da postura de alunos homens em relação à vida coletiva. O nosso intercâmbio se encerrou no dia seguinte, com uma visita às instalações do assentamento, em particular ao casarão da antiga propriedade, onde hoje funciona um centro cultural do MST e onde a memória do período da escravidão é mantida simbolicamente.

A segunda parte do nosso intercâmbio foi dedicada à visita do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Paraná

(UFPR), no campus de Matinhos (no litoral). Desde o início, a Universidade se apresentou sob uma luz muito diferente da ELAA: prédios de concreto de vários andares, em um campus arborizado, mas localizado dentro da cidade. Fomos recebidas por um grupo de estudantes com um perfil também diferente: uma maioria de mulheres jovens, em sua maioria oriundas de um contexto urbano. Obviamente intimidadas, várias jovens do coletivo se apresentaram dizendo que tinham vindo “para aprender” ou “para conhecer seu mundo”. As/os estudantes explicaram quais são os cursos oferecidos no campus de Matinhos – entre os quais apenas a Licenciatura em Educação do Campo está em regime de alternância – insistindo no projeto pedagógico “emancipatório” que caracteriza este campus e dando exemplos de co-construção entre professores e estudantes de algumas das suas aulas.



Em resposta às perguntas do coletivo, foram detalhados o calendário e as modalidades de admissão na Universidade (ENEM ou vestibular) e os aspectos práticos e financeiros da vida estudantil (bolsas de estudo, procura de apartamentos, preços de aluguel, acesso ao restaurante universitário), destacando-se a ajuda mútua entre estudantes e as possibilidades de ajuda financeira (tais como ações afirmativas da Universidade) apesar dos cortes orçamentários. O nosso encontro terminou com uma visita às instalações do curso, inclusive a um sistema agroflorestal mantido pelas/os estudantes numa faixa de terreno que correspondia a um estacionamento da Universidade e que elas/es próprios/as reabilitaram.

Este intercâmbio foi um evento para o coletivo, que teve muitas dimensões e repercussões para as jovens, suas famílias e comunidades, bem como nas escolas de Barra do Turvo, onde posteriormente apresentaram sua experiência. Limitamo-nos aqui a relatar os principais aprendizados no que diz respeito ao acesso à educação.

A experiência mostrou, em primeiro lugar, a distância social e cultural que separa as jovens rurais dos cursos técnicos e universitários, apesar da nossa escolha de currículos (agroecologia) e modelos pedagógicos (alternância, articulação entre conhecimentos populares e científicos, aulas práticas, espaços de encontro e co-construção entre estudantes e professores) que estão mais próximos

da sua realidade. Esta distância foi se manifestando ao longo do intercâmbio, pela consciência das jovens de pertencer a “outro mundo”, sua timidez em alguns casos, seu riso em outros, sua preocupação constante em compreender as normas sociais e as formas de vida dos estudantes, antes mesmo do conteúdo dos cursos e das condições de acesso à formação. O coletivo e o acompanhamento no âmbito do projeto foram certamente trunfos e, certamente, uma condição imprescindível para ter entrado no mundo da educação superior. Numa conversa privada, uma das jovens contou-nos as suas dificuldades na escola secundária de Barra do Turvo e depois, voltando ao intercâmbio, avaliou:

*“Lá eu aprendi mais sobre a faculdade lá, eu pensava que era muito difícil entrar na faculdade de lá, daí eu vi que era mais fácil. Não é tão distante.”
(Mulher jovem de bairro rural, Coletivo)*

Durante as reuniões posteriores do coletivo, as jovens se apropriaram do discurso dos estudantes da Universidade Federal do Paraná sobre seu direito à educação pública, revertendo a discriminação que normalmente enfrentam por frequentarem uma escola pública. O encontro com estudantes, particularmente da ELAA, cuja condição socioeconômica é semelhante à sua, e as nossas repetidas discussões sobre o assunto contribuíram para uma visão mais concreta de si próprias enquanto estudantes. Informações sobre oportunidades de formação ou bolsas de estudo começaram a circular no grupo de WhatsApp do coletivo, frequentemente publicadas pela equipe da SOF, mas também por algumas jovens. Posteriormente, algumas delas foram sozinhas a reuniões de informação sobre cursos de formação.

Apesar dessas aproximações, nossas discussões após a visita também mostraram o quanto o acesso ao ensino superior segue sendo difícil e incerto para elas. Não ocorre diretamente após o ensino médio, como pode ser o caso das/os jovens urbanos ou de classes sociais mais altas. Para aquelas que se mudam para Curitiba ou outra cidade na esperança de estudar, a necessidade de ganhar a vida e o nascimento dos filhos significa que, no melhor dos casos, elas conseguem estudar após longos períodos de trabalho, poupança, educação e cuidado (ver ponto 3.2 acima). Conhecer as opções para o ensino superior é importante, mas deve ser considerado como um fator nas trajetórias de longo prazo destas jovens, mais do que uma opção imediata.

Para aquelas que optaram por ficar em Barra do Turvo, participando da rede de agricultoras agroecológicas, o acesso à formação em curto prazo ou à distância é a principal estratégia, de imediato. Por exemplo, uma jovem de 18 anos que concluiu o ensino médio no ano passado matriculou-se num curso técnico de ensino à distância em administração, o que lhe permite – à custa de muito esforço – combinar estudos, trabalho agrícola com a mãe e a irmã e outras atividades

geradoras de renda em Barra do Turvo, como trabalhar como cabeleireira e maquiadora. Ela também fez o curso básico de cabeleireira oferecido pelo Centro de Referência em Assistência Social de Barra do Turvo e se informou sobre bolsas para cursos profissionais na cidade de Registro (a duas horas de ônibus de Barra do Turvo). Está poupando para conseguir sua carteira de motorista e poder participar dos cursos e atender seus clientes na região com mais facilidade. Ela diz que gostou das aulas práticas da ELAA e, em geral, preferiu a ELAA à UFPR por estar “mais próxima de sua realidade”, mas apesar disso, não se imagina passando períodos contínuos de três meses lá: *“conseguiria ficar não mais de um mês”*.

Na reunião do coletivo que concluiu esta fase do nosso projeto, ela sugeriu, tal como várias outras, de “trazer curso pra cá, mesmo que seja mais básico, computação, administração, mais básicos, que precisa para qualquer situação”. Outra jovem, mais nova, disse simplesmente que queria “mais aprendizagens” para se preparar para o “mar do futuro”. Estas intervenções apontam, com mais ou menos precisão, para o desejo de se formar de diferentes maneiras, para o pragmatismo em relação a limitações financeiras, familiares ou de transporte e, para as mais ativas, para a procura permanente de oportunidades de formação e de trabalho, começando pelo próprio espaço do nosso projeto.

2. Conclusão

Nossa pesquisa ilustra os muitos desafios enfrentados pela juventude rural em geral e pelas mulheres jovens em particular no desenvolvimento de projetos de vida inseridos nas suas comunidades e baseados na agroecologia. O acesso duradouro à terra, o domínio dos saberes agroecológicos, a comercialização de produtos, a construção de alternativas e a organização local são questões críticas no atual contexto político e econômico, e para as quais mulheres e homens não estão preparados da mesma forma.

Desde a infância, os meninos dos bairros rurais são chamados a participar do trabalho agrícola remunerado e as meninas do trabalho doméstico e agrícola, geralmente não remunerado. Mais tarde, os homens têm acesso mais fácil à terra, dentro das condições de cada família e cada bairro, enquanto mais mulheres migram para a cidade. Em nível comunitário, os conhecimentos tradicionais das mulheres, como a gestão das sementes e da biodiversidade, o cultivo ou a colheita de plantas medicinais e as práticas agrícolas e pecuárias diversificadas de pequena escala, essenciais para a segurança alimentar, estão em risco de se perder. Estas tendências são reforçadas pelas desigualdades socioeconômicas locais, que, desde cedo, criam um sentimento de discriminação entre as e os jovens dos bairros rurais e das comunidades tradicionais, reforçando a sua decisão de tentarem a sorte na cidade.

No caso das jovens, a vontade de sair também resulta, por vezes, do desejo de escapar dos controles dos pais e da comunidade sobre a sua mobilidade e a sua sexualidade.

No nível individual, as condições que essas/es jovens encontram na cidade – geralmente na região metropolitana de Curitiba – limitam fortemente a realização de seus sonhos de estudar e melhorar suas condições de vida. Embora os tipos de emprego, as redes sociais e de ajuda e as estratégias de acesso ao emprego difiram entre homens e mulheres, todas/os essas/es jovens enfrentam um mercado de trabalho altamente segmentado em função do nível de educação. Nesse sentido, os empregos de baixa remuneração e por vezes instáveis que elas/es ocupam, combinados com as distâncias entre os seus locais de residência, de trabalho e os lugares de formação, fazem com que muitos delas/es abandonem rapidamente o projeto de estudar. Além disso, muitas jovens mães são solteiras e encontram-se numa situação particularmente vulnerável, em termos financeiros e de conciliação do seu trabalho remunerado e de cuidado dos filhos, o que leva frequentemente ao retorno a Barra do Turvo ou, pelo menos, ao envio dos filhos para a parte da família que ficou lá, geralmente os avós.

Diante dessas limitações, ampliar as possibilidades para as mulheres jovens desenvolverem projetos de vida integrados nas suas comunidades é importante não só para o futuro das comunidades e para o desenvolvimento da agroecologia, mas também como uma opção de vida mais autônoma para elas. Acreditamos que a construção da agroecologia, da auto organização e da comercialização pela lógica da economia solidária é importante para criar possibilidades de que as jovens continuem em seu território e para que estejam nele com mais autonomia e exercendo um trabalho digno, que, além de gerar renda, também contribua para organizar a luta social, em contraposição ao trabalho precarizado que elas têm exercido na cidade.

Barra do Turvo tem vantagens nesse sentido, graças à mobilização de moradores desde a década de 1990 em favor da agroecologia e em defesa dos modos de vida dos povos tradicionais. No entanto, os conflitos locais ainda existentes e o contexto político atual desencorajam muitas/os jovens de seguir esse caminho.

A inserção das/os jovens nas organizações e mobilizações locais exige um esforço por parte das diferentes gerações, tanto em termos materiais (acesso à terra, às oportunidades de comercialização, aos espaços de decisão) como em termos de imaginação política e social. Exige também responder à aspiração profunda desta geração de ter acesso a uma formação que lhes permita transformar a realidade local e melhorar as suas condições de vida.

Este projeto procurou contribuir modestamente para estes múltiplos desafios, incentivando a participação de mulheres jovens nas atividades de produção e comercialização das agricultoras agroecológicas e estimulando a reflexão coletiva sobre o lugar das jovens nas comunidades e seu acesso à formação. Neste quesito, a experiência deste projeto nos tornou mais atentas à distância que separa a juventude rural da oferta de ensino técnico e superior, mesmo no caso de pedagogias alternativas, como os cursos em alternância. Através dos espaços de diálogos no projeto, propostas importantes surgiram, como a criação de um curso de caráter integral dirigido à juventude rural, além da integração das jovens que já estão na cidade às ações de fortalecimento da comercialização dos produtos agroecológicos. A nova fase deste projeto segue nessa direção, em especial através de uma parceria com o Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação (IF) de São Paulo, campus de Registro, que visa construir um curso de qualificação profissional para jovens rurais de Barra do Turvo, como experiência piloto que poderá ser replicada em outros campi.

3. Anexos

Capas dos folhetos produzidos pelas jovens.

<h2>O AÇÚCAR MASCADO</h2> <p>derivados de cana de açúcar</p> <p>Você sabe como é a produção de açúcar mascavo no Quilombo Terra Seca, que fica no município de Barra do Turvo, estado de São Paulo?</p> <p>Nesse panfleto trazemos depoimentos de uma agricultora quilombola que conta o passo a passo de como a cana se transforma em açúcar mascavo, uma produção que se mistura à sua história de vida.</p> 	<h2>A produção do bananal</h2>  <p>Você encontra neste folheto: uma entrevista feita em um bananal, explicações sobre nomes de bananas e também sobre a diferença entre a banana nanica e a prata. O folheto traz uma receita de bolo, algumas informações sobre a produção da banana e explica como plantar uma muda.</p>	<h2>A PRODUTORA DE CAFÉ ARTESANAL</h2>  <p>Este folheto conta sobre a produção de café no bairro Córrego da Onça, localizado em Barra do Turvo (Vale do Ribeira, São Paulo), pelas mulheres do bairro, que formam o grupo Rosas do Vale.</p> <p>Neste folheto, vocês verão o passo a passo de como fazer o café, com os segredos do plantio e da poda. Também vão encontrar o depoimento de uma das produtoras.</p>
---	---	--

<h2>PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE MANDIOCA</h2> <h3>Preservação de culturas antigas</h3>  <p>(Ariete Pedroso com sua produção de Beiju e farinha de mandioca)</p> <p>Apesar do decorrer dos anos, com o avanço das tecnologias que estão tomando conta das grandes produções, existem agricultores familiares que fazem suas produções à "moda antiga", manualmente, preservando culturas antepassadas. Exemplo disso é a agricultora Ariete Pedroso da Silva do Carmo, que, com sua família, faz a produção de derivados de mandioca, como farinha, beiju e polvilho azedo e doce.</p> <p>Beiju: Usado para acompanhar o café, é feito da massa da mandioca, ralada e úmida, com amendoim (torrado e moído), óleo, sal ou açúcar (qual preferir).</p> <p>Polvilho doce: Utilizado para fazer bolachas, pão de queijo, entre outros. O polvilho é da água que sai da massa da mandioca quando espremida, depois é lavada, secada ao sol e por último passada na peneira, estando pronta para uso.</p>	<h2>A PRODUÇÃO DA FARINHA DE MILHO PELAS MULHERES QUILOMBOLAS</h2>  <p><i>Dona Izaira no Monjolo do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca.</i></p> <p>Aqui você vai encontrar a história da farinha de milho dos quilombos da Barra do Turvo (SP). A farinha de milho vem de geração em geração. É produzida manualmente desde o plantio do milho. Depois da colheita, o milho é debulhado e vai para o monjolo ser pindocado (quebrado grosso). Só então ficará de moído no poço da cachoeira de 12 a 15 dias. Após isso, é lavado, esfregado e enxaguado quase por uma hora. É colocado no balaio para escorrer e retorna ao monjolo para socar um pouco mais. Então, essa massa estará pronta para ir ao forno e virar farinha ou beiju.</p>
---	---

